

Posicionamento: publicação científica e ineditismo frente à política de repositórios institucionais

Position statement: scientific publications, novelty and institutional repository policy

Posicionamiento: publicación científica y calidad de inédito ante la política de repositorios institucionales

Antonio Pithon Cyrino^(a) 

Angélica Ferreira Fonseca^(b) 

Maria Lucia Frizon Rizzotto^(c) 

Kizi Mendonça de Araújo^(d) 

Maria Elisa Silveira^(d) 

Luciana Dias de Lima^(e) 

Fórum de editores de Saúde Coletiva da Abrasco* (pag. 4)

^(a) Interface – Comunicação, Saúde, Educação. Departamento de Saúde Pública, Faculdade de Medicina de Botucatu, Campus da Unesp. Avenida Professor Mário Rubens Guimarães Montenegro, Distrito de Rubião Júnior, s/nº. Botucatu, SP, Brasil. 18618-000.

^(b) Trabalho, Educação e Saúde. São Paulo, SP, Brasil.

^(c) Saúde em Debate. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

^(d) Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

^(e) Cadernos de Saúde Pública. São Paulo, SP, Brasil.

O exercício de boas práticas editoriais impõe às editorias científicas a responsabilidade ética de publicar textos inéditos, assegurando a originalidade e a integridade acadêmica.

O ineditismo refere-se à condição de um trabalho ainda não divulgado e tem promovido a adoção de critérios para coibir a publicação redundante, prática que compromete a credibilidade da ciência.

No entanto, a forma como as equipes editoriais aplicam o critério de ineditismo tem levado à recusa de artigos derivados de teses e dissertações disponíveis em repositórios institucionais, caracterizando-os como autoplágio. Esse tem sido um problema discutido em programas e em fóruns de coordenadores de pós-graduação, sem um questionamento acerca do critério

de similaridade adotado pelos periódicos. As repercussões concretas dessa postura demandam urgente reflexão e posicionamento.

Os repositórios foram criados para disponibilizar para a própria instituição e para toda a sociedade a produção intelectual de um determinado órgão. Servem para registrar, preservar e disseminar de forma ampla e em Acesso Aberto essa produção materializada em tipologias documentais variadas¹. Acrescentar barreiras ao conteúdo integral de teses e dissertações é interferir de forma incoerente e retrógrada em políticas de informação e de memória institucional para a difusão do conhecimento científico; é distanciar-se dos princípios e das ações concretas que defendem que o conhecimento é um bem público, que deve estar disponível para a sociedade.

Logo, é do entendimento da Abrasco, através do Fórum de Editores de Saúde Coletiva, que rejeitar artigos com base em similaridade textual com teses e dissertações disponibilizadas em repositórios institucionais enfraquece a política de Acesso Aberto, além de retardar a divulgação de pesquisas, em grande parte financiadas com recursos públicos, que poderiam contribuir para o enfrentamento de problemas sociais, econômicos e culturais — especialmente em países periféricos.

Frente ao significado social que as políticas de informação e de Acesso Aberto que os repositórios institucionais instrumentalizam, cabe indagar: o que estudantes, professores, pesquisadores, profissionais de informação, gestores e a sociedade, em geral, ganhariam com isso?

A rejeição de artigos derivados de teses e dissertações disponíveis em repositórios contrasta com a dinâmica atual da comunicação científica que estimula a disponibilização dos manuscritos como *preprints* (versões prévias de artigos divulgadas antes da avaliação por pares) e com a estruturação de teses e dissertações sob a forma de artigos.

Essa postura restritiva impulsiona a busca por periódicos de fluxo acelerado, que não realizam a avaliação da qualidade dos textos por especialistas (pares), muitos deles predatórios —, e com altos custos financeiros para os autores e instituições. Além disso, a prática de embargar teses e dissertações até a publicação de artigos desconsidera a natureza distinta e as formas de circulação dessas tipologias documentais: um artigo não inviabiliza a circulação de uma dissertação, e vice-versa, nem diminui a sua relevância. Nesse sentido, corrobora-se a convivência da diversidade de documentos e formas de representação descritiva e temática do conhecimento científico².

O nosso compromisso como editores científicos com a transparência e com o acesso público e irrestrito ao conhecimento implicado no depósito de teses e dissertações em repositórios institucionais deve nos levar a compor outras medidas. Os periódicos podem e devem:

- incentivar os autores a declararem as teses e dissertações que deram origem ao artigo, assegurando transparência e facilitando o acesso ao contexto integral da pesquisa;

- adotar critérios de ineditismo reconhecendo que a disponibilidade integral de teses e dissertações em repositórios não anula o valor acadêmico de um artigo derivado;
- e alinhar-se às práticas de ciência aberta e acesso aberto, rejeitando medidas que enfraqueçam os repositórios ou favoreçam modelos excludentes de publicação, como os periódicos predatórios.

Diante desses argumentos, a Abrasco, através do Fórum de Editores de Saúde Coletiva, posiciona-se contrariamente às práticas editoriais que acarretam barreiras ao depósito de produções acadêmicas em repositórios institucionais, pois elas comprometem a democratização do conhecimento, incentivam periódicos predatórios e contradizem os princípios da ciência aberta. Defendemos que a disseminação livre de teses e de dissertações — longe de ser um obstáculo — é parte essencial das melhores práticas de pesquisa, ensino e impacto social da ciência, bases que fundamentam a comunicação científica.

Por fim, os periódicos associados ao Fórum de Editores de Saúde Coletiva da Abrasco, em consonância com as recomendações apresentadas, comprometem-se a incorporá-las em suas políticas e práticas editoriais.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2025.

Fórum de Editores de Saúde Coletiva da Abrasco

* Editores do Fórum da Abrasco

Denise Martin^(a); Lília B Schraiber^(a); Rosana Onocko-Campos^(a); Bárbara Bulhões^(b); Christovam Barcellos^(d); Marília S Carvalho^(e); Luciana C Alves^(e); Walter F Oliveira^(f); Leidy D P Abreu^(g); Sandra M C Alves^(h); Guilherme Werneck⁽ⁱ⁾; Jackeline C P Lobato⁽ⁱ⁾; Jaqueline T Ferreira⁽ⁱ⁾; Maria Cecília S Minayo⁽ⁱ⁾; Romeu Gomes⁽ⁱ⁾; Antônio A M Silva⁽ⁱ⁾; Antonio F Boing^(k); Cassia M Buchalla^(k); Juraci Almeida Cesar^(k); Jane A Russo^(l); Martinho B Silva^(l); Ada Á Assunção^(m); Eduardo Algranti^(m); Leila P Garcia^(m); Ana M B Almeida⁽ⁿ⁾; Maria Teresa B Teixeira^(o); Thereza Christina B Coelho^(p); Clara A P Salabria^(p); Alexandre D P Chiavegatto Filho^(q); João Luiz Bastos^(q); Paula S Silva^(r); Jorge O Barreto^(s); Fernanda E S Sagica^(t); Isabella M A Mateus^(t); Tatyellen N Oliveira^(t); Aurea Maria Z Ianni^(u); Carinne Magnago^(u); Ivia Maksud^(u); José Miguel N Olivar^(u); Maria Helena S V Bôas^(v); Isabella F Delgado^(v); Josino C Moreira^(v).

(f) Cadernos Brasileiros de Saúde Mental. Florianópolis, SC, Brasil; (g) Cadernos ESP. Fortaleza, CE, Brasil; (h) Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário. Brasília, DF, Brasil; (i) Cadernos Saúde Coletiva. São Paulo, SP, Brasil; (j) Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, RJ, Brasil; (k) Epidemio – Revista Brasileira de Epidemiologia. São Paulo, SP, Brasil; (l) Physis – Revista de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, RJ, Brasil; (m) Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. São Paulo, SP, Brasil; (n) Revista Brasileira em Promoção da Saúde. Fortaleza, CE, Brasil; (o) Revista de Atenção Primária à Saúde. Juiz de Fora, MG, Brasil; (p) Revista de Saúde Coletiva da UEFS. Feira de Santa, BA, Brasil; (q) Revista de Saúde Pública. São Paulo, SP, Brasil; (r) Revista de Saúde Pública de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil; (s) Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde. Brasília, DF, Brasil; (t) Revista Pan-Amazônica de Saúde. Ananindeua, PA, Brasil; (u) Saúde e Sociedade. Saúde e Sociedade, SP, Brasil; (v) Visa em Debate. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Disponibilidade de dados

Não se aplica.

Contribuição dos autores

Todos os autores participaram ativamente de todas as etapas de elaboração do manuscrito.

Conflito de interesse

Os autores não têm conflito de interesse a declarar.

Direitos autorais

Este artigo está licenciado sob a Licença Internacional Creative Commons 4.0, tipo BY (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR).



Editora

Roseli Esquerdo Lopes

Editora associada

Marta Quintanilha Gomes

Submetido em

02/07/25

Aprovado em

28/10/25

Referências

1. Costa SMS, Leite FCL. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: Sayão LF, Toutain LB, Rosa FG, Marcondes CH, organizadores. Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA; 2010. p. 163-202.
2. Freitas MA, Leite FCL. The perception of Brazilians researchers on the deposit of scientific production in open access institutional repositories. *Rev Interam Bibliot.* 2019; 42(2):159-73. doi: 10.17533/udea.rib.v42n2a04.